

Fundação Universidade Federal do Amapá  
Pró-Reitoria de Ensino e Graduação  
Coordenação do Curso de Ciências Sociais  
Carminda Lemos do Nascimento – 200325026  
Ivani Sousa Pinto – 200325046

## HISTÓRIA, SÓCIO-ECONOMIA E URBANIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O QUILOMBO LAGOA DOS ÍNDIOS



MACAPÁ  
2008

**Fundação Universidade Federal do Amapá  
Carminda Lemos do Nascimento – 200325026  
Ivani Sousa Pinto – 2003025046**

**HISTÓRIA, SÓCIO-ECONOMIA E URBANIZAÇÃO: UM ESTUDO DE  
CASO SOBRE O QUILOMBO LAGOA DOS ÍNDIOS**

**Trabalho de conclusão de curso para  
obtenção do grau de bacharelado e  
licenciatura plena em Ciências Sociais  
pela Universidade Federal do Amapá.**

**Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Doutoranda Maria  
do Socorro S. Oliveira**

**Macapá  
2008**

**Carmina Lemos do Nascimento – 200325026**  
**Ivani Sousa pinto – 200325046**

**HISTÓRIA, SÓCIO-ECONOMIA E URBANIZAÇÃO: UM ESTUDO DE CASO  
SOBRE O QUILOMBO LAGOA DOS ÍNDIOS**

**BANCA EXAMINADORA**

Orientadora:

**Prof<sup>a</sup>. Maria do Socorro S. Oliveira – doutoranda em Antropologia**

Examinador(a) – 1:

**Prof<sup>o</sup>. Jonas Pastana - Geógrafo**

Examinador(a) – 2

**Prof<sup>a</sup>. Fátima Guedes - Socióloga**

Data da Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Macapá

2008

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos este trabalho aos nossos pais que nos apoiaram incessantemente em nossos estudos.

Aos nossos familiares e amigos que sempre torceram pela nossa vitória pessoal e profissional .

E aos professores que ao longo desta empreitada, contribuíram de forma pequena ou grandiosa para a realização de tais objetivos.

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus pela força e possibilidade de desenvolver este trabalho;

À nossa orientadora Socorro Oliveira pela paciência e disponibilidade;

Ao Sr. José Araújo da Paixão, Maria das Dores, Ronildo Santos e demais membros da Comunidade Quilombola Lagoa dos Índios, pela atenção e informações concedidas;

E a todos aqueles que contribuíram direta e indiretamente para a realização deste trabalho.

“lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem; lutar pelas diferenças sempre que a desigualdade nos descaracterize”

Boaventura de souza Santos

## RESUMO

O presente trabalho tem como tema “História, sócio-economia e urbanização: um estudo de caso sobre o quilombo Lagoa dos Índios”, consiste em uma investigação qualitativa utilizando-se de pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo com declarações das histórias de vida de alguns membros entrevistados, o que demanda um estudo fundamentalmente interpretativo. Enfocar e elucidar o modo de vida desta comunidade em particular é o nosso principal objetivo, pois é a partir daí que se pode assimilar o sentimento e a visão que o grupo tem sobre si, e da sociedade para com este enquanto grupo quilombola. Divide-se em três capítulos, sendo que no primeiro se teoriza o processo de formação e a relevância dos quilombos na constituição do povoamento da Amazônia. Já no segundo se frisa sua origem, sua história, seu processo de regularização e os sujeitos envolvidos neste fato. Enquanto que no terceiro capítulo revela-se o estudo de caso, em que se detalha a realidade urbana e as condições sócio-econômicas da comunidade. Contudo, o atual Plano Diretor do Município de Macapá, o qual constitucionalmente deveria auxiliar na proteção e desenvolvimento dos grupos minoritários, está desprovido de efetivas políticas públicas, deixando assim, esta comunidade em nível abaixo do urbano.

### Palavras-chaves:

Comunidade quilombola, Lagoa dos Índios, condição sócio-econômica, mobilidade social, infra-estrutura

## **ABSTRACT**

1. This paper has as its theme "History socio-economy and urban: A case study on the Quilombo Lagoa dos Índios" It consists of a qualitative investigation using both bibliographical and field research with reports of life stories of some of the interviewees, what demands a basically interpretative study as well. Focusing on and clearing up the life style of this community, particularly leading it into social knowledge, became our main goal, once it is from then on that one has possibility of understanding the feeling and the view the group has about itself and from society towards it as a quilombola group. The paper is divided in 3 chapters. The first one presents a theory on the formation process and the relevance of quilombos in the settlement of Amazon. In the second chapter, its origin, history and regularization process are emphasized, with a focus on the people involved in this fact and on the consequences they suffer for remaining as negro descendants. Finally, the third chapter reveals the case study in which the infrastructure and socioeconomic conditions of this community are detailed. However, the up-to-date master plan of Macapá, which has the constitutional obligation of helping in the protection and development of minorities, does not include public policies and, so, leaves this community in a level beneath the urban.

## **KEY- WORDS**

Community quilombola, Lagoa dos Índios, socioeconomic conditions, social mobility, infrastructure.

## Lista de Figuras

Figura 01 .....	Escola Estadual Lagoa dos Índios
Figura 02 .....	Posto de Saúde
Figura 03 .....	Dona Ricalda

**LISTA DE SIGLAS**

1. AMNECLI (Associação de Mulheres Negras da Comunidade Lagoa dos Índios)
2. CAESA ( Companhia de Água e Esgoto do Amapá )
3. CEA ( Companhia de Eletricidade do Amapá )
4. CCADA ( Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá )
5. EMTU ( Empresa Municipal de Transportes Urbanos )
6. FAMA ( Faculdade de Macapá )
7. FUNASA ( Fundação Nacional da Saúde )
8. FUNDAP ( Fundação de Apoio à Pesquisa )
9. IBAMA ( Instituto Brasileiro do Meio Ambiente )
10. INCRA ( Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária )
11. IMENA ( Instituto de Mulheres Negras do Amapá )
12. PMM ( Prefeitura Municipal de Macapá )
13. SEMOB ( Secretaria Municipal de Obras )

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
<b>1 – OCUPAÇÃO NEGRA E QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA E NO AMAPÁ.....</b>	<b>17</b>
1.1 - O processo de povoamento na Amazônia, as fugas de escravos, índios formação de mocambos.....	17
1.2 - A questão das terras de negros: posse e reconhecimento.....	21
1.3 - A questão quilombola no Amapá.....	24
<b>2 – HISTÓRICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DOS ÍNDIOS.....</b>	<b>28</b>
2.1 - Origens da comunidade.....	28
2.1.1 - Primeira Ocupação.....	28
2.2 - Seu processo de regularização.....	30
<b>3 – UM BREVE ESTUDO DE CASO.....</b>	<b>34</b>
3.1 – Quilombo.....	34
3.2 - Quilombo Urbano.....	34
3.3 - Quilombo Rural.....	35
3.4 - Urbanização e situação periurbana.....	36
3.5 - Plano Urbanísticos e Plano Diretor.....	37
3.6 - Condições de Vida.....	38
3.6.1 - Transporte urbano.....	38
3.6.2 - Energia elétrica.....	39
3.6.3 - Segurança pública.....	39

	12
3.6.4 – Telefonia.....	40
3.6.5 – Água.....	40
3.6.6 – Educação.....	41
3.6.7 – Saúde.....	43
3.6.8 - Coleta de lixo.....	45
3.7- Projeto de Infra-estrutura dos quintais.....	45
3.8 - Mobilidade dos moradores e representantes da comunidade.....	47
Conclusão.....	48
Referências Bibliográficas.....	51
Anexos	

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo focar e levar ao conhecimento da sociedade a atual condição de vida da comunidade quilombola Lagoa dos Índios; constatar se o povoado possui a infra-estrutura básica, além de observar a mobilização dos membros da própria comunidade e de sua liderança em favor do bem-estar coletivo. Pois, as questões envolvendo a etnia negra pertence a todos nós embora, poucos tenham interesse no assunto.

Acreditamos ser de fundamental relevância assimilar o conhecimento sobre o tema abordado através de debates e seminários e, dessa forma excluir a idéia de que grupos “minoritários” possuem cultura inferior as demais, é evidente que esse modo de pensar depende de cada indivíduo. Porém, tomar conhecimento do valor do outro será uma das formas de atenuar o preconceito e a discriminação racial.

Conforme a revista Terra de Quilombo (2005), a palavra quilombo surgiu no norte de Angola (na mãe África). Homens e mulheres que viviam livres na África, resistiram à escravidão juntando-se aos índios escravizados e brancos pobres afim de fugirem para o mato e viverem em acampamentos provisórios a céu aberto. Logo, essas comunidades passaram a ser chamadas de quilombos, termo que desde então passou a fazer alusão ao lugar onde os negros e negras viviam livres.

O autor Alde (2007) assinala que para a historiadora Márcia Motta, da Universidade Federal Fluminense (UFF) quando se coloca em xeque o direito à terra, a antropologia se incumbem de ampliar o conceito, por isso quilombola deixou de se referir apenas a um grupo de escravos fugidos, para abarcar a todas as comunidades surgidas ao longo da escravidão; além do mais qualquer grupo negro com presença antiga na região pode ser referenciada como quilombola, são os chamados remanescentes.

Entretanto, quase sempre as interpretações sobre o conceito de quilombo

se remete ao imaginário do Quilombo de Palmares, formado na Serra da Barriga, no interior rural de Alagoas. No século XVII, era visto como um verdadeiro Estado dentro do Brasil Colonial, tendo Zumbi como seu principal líder, assassinado durante um intenso ataque do Exército Imperial Português em 1695.

Palmares constituiu uma federação de vários agrupamentos, nunca mais conseguido pelos escravos. Surgiu a partir de uma revolta de escravos de engenho. E para combater tal ameaça que assombrava o dia-a-dia de Senhores e funcionários da coroa portuguesa, criou-se o posto de capitão-do-mato, a serviço de toda à colônia, com o intuito de caçar escravos fugidos e destruir quilombos.

Esse tipo de episódio se por um lado causava tensões escravistas, por outro engendrava em um melhor tratamento dos senhores para com seus escravos, uma vez que se temia a fuga destes. É por isso que se acredita que os quilombos contribuíam para a melhoria de vida daqueles que permaneciam nas senzalas.

Todavia a dimensão de Palmares impressionava a Metrópole, à qual procurou logo no século XVII combater qualquer ajuntamento de cinco ou mais negros fugidos e arranchados em local despovoado, já definido como quilombo para melhor controlar as fugas.

De acordo com Reis, embora houvesse caso de quilombos isolados, o maior problema para senhores e Governo era a existência de quilombos próximos a engenhos, fazendas, vilas e cidades, pois a localização facilitava as relações de apoio e de interesses entre escravos, negros livres e até brancos; estes passavam informações sobre todo e qualquer assunto estratégico, podendo manter laços afetivos ou de amizades entre escravos e libertos, além de negociarem alimentos, armas e munição.

Também são inúmeros os relatos sobre a destruição de roças de milho, frutas, algodão, cana-de-açúcar e outros produtos cultivados pelos quilombolas. Estes por sua vez, assaltavam viajantes nas estradas tornando-as por vezes intransitáveis, atacavam e roubavam bens de valor nos povoados e fazendas,

quase sempre por uma questão de sobrevivência.

Porém, Reis conclui que, o principal propósito da maioria dos quilombos era sobreviver em suas fronteiras da melhor forma possível, e não demolir a escravidão, como se presumia.

A necessidade que se tem, atualmente, de uma comunidade negra ser reconhecida como remanescente de escravos amocambados e conseguir a titulação de suas terras, exige muito esforço tanto da parte interessada ( comunidade negra ) quanto do Poder Público. Mas, a partir do momento que as comunidades têm suas terras reconhecidas e tituladas tomam para si certa proteção contra invasores e especuladores como fazendeiros, empresários e outros.

Além do mais, deveriam possuir a garantia de poder ficar na terra sem o medo de algum dia sair dela, que não fosse por vontade própria, permitindo a preservação da cultura negra, o jeito de expressar-se, ser e viver. Sabemos que pelo menos no papel, o Estado ficou incumbido de assegurar aos grupos afro-descendentes benefícios de infra-estrutura, desenvolvimento humano, econômico e social. Contudo quando se trata da comunidade Quilombola Lagoa dos Índios, há uma certa displicência e má vontade da parte do poder público para com esta.

Neste trabalho, também observamos a importância que os povos negros tiveram no processo histórico do Estado do Amapá e sobretudo da cidade de Macapá nos seus 250 anos de história. Sabemos que os primeiros negros recém-chegados ao Amapá participaram diretamente da construção de alguns dos monumentos presentes no Estado, como a Fortaleza de São José de Macapá. Com o passar dos anos, fortalecidos pelo desejo de conquistar sua liberdade foram cuidando da terra e de suas tradições com ideal de conservação de suas raízes culturais. Assim se formaram as várias comunidade negras do Estado do Amapá, inclusive a da Lagoa dos Índios.

Nossa pesquisa teve início em fevereiro de 2006 e foi concluída em maio de 2008; constituiu-se de pesquisa bibliográfica, durante a qual recorremos a

documentos jurídicos, livros, internet e órgãos públicos, além da pesquisa de campo com registros fotográficos e conversas com alguns moradores e lideranças da comunidade. Coletamos informações a partir da história de vida de cada entrevistado e da observação participante.

Então o dividimos em três capítulos: Ocupação negra e quilombola na amazônia e no Amapá; Histórico da Comunidade; e Breve estudo de Caso, que estão correlacionados como forma de entender melhor um ao outro

No primeiro capítulo falamos da contextualização histórica a que se deu o processo de formação dos quilombos na Amazônia, e particularmente no Amapá; frisamos a resistência negra diante da escravidão; a questão das terras quilombolas que vem sofrendo constantes especulações imobiliária, ainda que teoricamente estejam protegidos pela Constituição Federal de 1988. Além de fazermos uma breve pesquisa sobre a situação jurídica das 32 comunidades quilombolas existentes em todo o estado do Amapá que estão registradas no Conselho das comunidade afro-descendentes, evidentemente sempre voltando a atenção para o quilombo Lagoa dos Índios.

Já no segundo capítulo, relatamos a história da Comunidade, sua denominação, sua origem, como se formou, quais os principais sujeitos envolvidos neste processo acerca dos aspectos maléficos e benéficos que enfrentaram e ainda enfrentam para erguer e se manter enquanto comunidade remanescente.

E no terceiro capítulo vem o estudo de caso, o qual enfocamos a situação urbana e periurbana discutindo os conceitos e as condições de vida da comunidade, isto é, a questão sócio-econômica que particulariza o desenvolvimento de determinado lugar; enfocamos também os projetos, as possibilidades de acesso aos bens e serviços como: transporte, educação, assistência médica, segurança pública, energia elétrica, saneamento básico, telefonia, entre outros. E o comportamento do grupo em frente à inexistência de alguns desses recursos entonando ainda o papel dos moradores e representantes do local, como cidadãos, diante dos entraves que dificultam sua vida

## **1- OCUPAÇÃO NEGRA E QUILOMBOLA NA AMAZÔNIA E NO AMAPÁ**

### **1.1- O Processo de Povoamento na Amazônia, as Fugas de Escravos e Índios e a Formação de Mocambos**

O processo de povoamento na Amazônia foi muito custoso para a coroa portuguesa. O apressamento dos indígenas e a natureza primitiva eram obstáculos, que depois de superados permitiram o desenvolvimento colonial, além de ajudarem na fuga dos escravos e na constituição dos mocambos.

Desta forma, este período de colonização contou com a ajuda das missões católicas, que durante o governo pombalino foi desestruturada, pois dificultavam o avanço dos planos coloniais para a Amazônia; também combinou as forças e regimes de trabalho dos escravos negros, índios e dos soldados.

Assim, as bases do projeto da coroa portuguesa consistiam em colonizar inicialmente, São José de Macapá (1751) e Mazagão (1765), justamente por conflitos que ocorreram pelos domínios territoriais desta região ( nações como Espanha, França terem interesse nas terras do Cabo Norte ).

O objetivo de colonizar, não era apenas de povoar e constituir território, mas transformar a região setentrional do Grão-pará em uma área agrícola bem próspera. Para isto, os colonos vindos de Açores afim de fixarem morada na Vila de São José de Macapá receberam informações de como trabalhar na agricultura e disponibilizarem escravos para a construção da fortaleza. Já para Mazagão foram enviadas 340 famílias vindas de Marrocos ( cidade de Mazagão ), para fugir dos conflitos do norte da África.

Contudo, os moradores de Macapá e Mazagão, eram incentivados a cultivar, mas o que se percebia nestes núcleos era uma reserva militar guardando a fronteira, chegando por isso a acontecer fugas de colonos e defensores da coroa, em planos idênticos aos dos índios e negros.

Apesar de todos esses desvios de objetivos da colonização, a agricultura se desenvolveu em Macapá, com o cultivo principalmente de arroz, sendo que

este tornou-se consumo imprescindível para colonos, trabalhadores da Fortaleza e soldados; e o excedente era exportado para Lisboa. Ainda que, houvesse problemas para a exportação em função das situações negativas da natureza (solo, insalubridade, marés), infra-estrutura (dificuldade do transporte e armazenamento do produto) e da forma de comercialização dependente com a companhia de comércio do Grão-Pará e Maranhão.

No entanto, a estagnação do cultivo e comercialização do arroz no delta e planície fluvial, representou o fracasso e a decadência da colônia de Macapá. Assim, a coroa buscou reafirmar os interesses militares de ocupação da costa setentrional da Amazônia, mas o cenário que seria encontrado pelos colonos chegados à Vila de Macapá e Mazagão eram marcados pela presença dos missionários.

E as missões, durante a segunda metade do século XVII, chegam a comandar as ações na Amazônia setentrional em relação aos índios. Então, era uma relação de trocas culturais que acabava em uma economia associada a uma produção de gêneros para consumo interno.

Desta forma não era mais interessante e se tornava inoportuna para a política pombalina a presença dos missionários na Amazônia. Porém, esses missionários exerciam certo poder ideológico junto aos índios, já que conviveram juntos por um longo período.

Sobretudo, a presença das missões no Grão-Pará facilitaram a povoação e instalação de Macapá, incluindo a falta de transportes e mantimentos que foram insumos básicos para este acontecimento. Assim também, questões como o sustento das famílias açorianas com o erário real, a falta de índios e canoas para fazer o transporte, deram a entender a povoação de Macapá como urgente. Desta forma, era mais confortável entrar em parceria com os jesuítas na defesa e povoação do Cabo Norte mesmo que por pouco tempo.

De acordo com Ravena, no texto " Maus vizinhos e boas terras ", o Cabo Norte foi um grande laboratório para o governo pombalino. Inicialmente, o envio dos primeiros colonos para povoar; depois iniciar um aldeamento indígena, afim

de ajudar os moradores. Aos poucos, vai retirando o controle das aldeias das mãos missionárias e passando para párocos e clérigos. E Santos contribui assinalando que:

**“Em 1755, um alvará declara a liberdade dos índios, destituindo a igreja do controle dos aldeamentos e dando governabilidade destes aos representantes de pombalinos e dos índios, uma vez que o objetivo não era mais a cristianização mas a "civilização" ( SANTOS:1999, 88)**

Contudo, na realidade o que se pretendia mesmo era assegurar a mão-de-obra indígena para formar uma economia e política sólidas à conquista do Grão-Pará. Sendo que a figura do índio foi muito importante para a constituição deste território. No entanto, a presença do negro foi relevante nas mudanças ocorridas nestas terras. O cabo Norte era ambição de muitos, principalmente de franceses por causa da fronteira e do ouro, este era o temor dos portugueses, perder o domínio de escravos e terras.

Realmente, negros e escravos tanto do lado francês como do lado português fugiam à procura de liberdade, com ajuda de comerciantes e indígenas. E esta situação fazia com que houvesse muita desconfiança entre França e Portugal, principalmente sob o tratado de Utrecht<sup>1</sup>, pois os franceses nem sempre o cumpriam.

Os portugueses temiam que o castigo aplicado aos escravos recapturados influenciasse outras fugas, por isso garantiam não castigá-los com tanto rigor. A rota de fuga dos escravos negros era pela floresta (a mais perigosa), pelos rios e mar e por mais latente que fosse o risco de um naufrágio esta era a rota de preferência dos negros.

Então, Índios e negros fugidos se encontravam pela mata e se ajudavam, inclusive há indícios de ambos estarem amocambados, bem como faziam trocas comerciais com comerciantes e contrabandistas. Segundo Gomes, a fronteira era o lugar mais seguro para fugitivos e quilombolas, e também mais atraente pelo fato de estarem surgindo idéias de revolução, bem aceitas entre os negros.

---

1 - *Tratado feito entre Portugal e França em relação as terras ao norte do Amapá, que tinha como limite o rio Oiapoque.*

Os quilombolas buscavam autonomia e proteção, assim mantinham relações diversas com os franceses. Idéias revolucionárias de igualdade, liberdade e fraternidade oriundas da Revolução Francesa, Revolução do Haiti e as revoltas escravas na Jamaica e nas Guianas eram temidas pelas autoridades coloniais portuguesas de influenciarem escravos no Brasil. Esses pensamentos vieram e influíram entre os escravos e também índios, acentuando o número de fugas e quilombos.

Então, as autoridades da Amazônia Colonial estavam preocupadas com o crescente número de mocambos. Para tentar conter esta situação, foram feitas investigações, com o envio de tropas para destruir os mocambos e prender os fugitivos.

Os quilombolas mantinham contato com os escravos, o que era uma forma de defesa, por ter informações de possíveis pretensões de autoridades. No mais os quilombos contavam com a proteção da natureza ( rios, cachoeiras, montanhas ) que dificultava aproximações de expedições; preparavam armadilhas e usavam arcos, flexas e facas ( armas indígenas ).

Na região do Cabo Norte havia formação de muitos mocambos, geralmente pequenos. Nas terras do Amapá colonial os mocambos negros de maior destaque entre 1734 à 1804 eram os ao redor da Vila de Macapá, Araguari, Mazagão, Amapá, Rio Camarupi, Rio Matapí, Rio Pesqueiro, Vila de Igapuru.

Os mocambos de índios e negros juntos na região do Amapá ficavam próximos ao Rio Anauerapucu, Rio Matapí e Vila de Macapá no período de 1774 à 1791. A situação era tão amedrotadora que as autoridades foram procurar apoio nos próprios escravos, já que eles mantinham comunicação com os amocambados.

Por assim dizer a constituição de mocambos foi tão importante para o processo histórico brasileiro que eles estavam envolvidos nas revoltas populares, como por exemplo, a Cabanagem no Pará. Santos, afirma a existência de dois tipos de mocambos ou quilombos. Um mais no interior da floresta e com uma numerosa população; outro mais próximo das vilas e menos numeroso.

## 1.2 - A Questão das Terras de Negros : Posse e Reconhecimento

De acordo com o texto de Moura (2006), a partir da abolição da escravatura uma parte da população liberta foi expelida para as cidades, outra parte dirigiu-se para as já existentes comunidades, formadas por escravos fugidos ou libertos, denominados quilombos.

A expressão terra de preto compreende as terras doadas com ou sem a formalização jurídica por fazendeiros e grandes proprietários às famílias de ex-escravos. E segundo Almeida, tal denominação se estende também às concessões feitas pelo Estado a tais famílias como pagamento da prestação de serviços guerreiros aos mesmos.

Grande parte dos descendentes desta população, permanecem até hoje nessas terras, algumas distantes das cidades, outras próximas. Porém, a valorização progressiva dessas áreas quilombolas e o fato de a maioria dos ex-escravos não possuírem título de propriedade, se tornaram cobiça de especuladores, grandes proprietários, produtores e extratores de bens naturais, que quase sempre desrespeitam e violam o direito dessas populações que sobrevivem a várias gerações nessas terras.

Significando que a perseguição à população negra se intensificou, ainda que o artigo 68 da constituição de 1988 garanta como dever do Estado o reconhecimento da propriedade e emissão dos títulos de posse das terras ocupadas, afirma Moura, como sublinha também que:

**“Evidencia-se hoje, dado os intensos conflitos pelas terras quilombolas, uma urgente em reconhecer e respaldar lutas dessa população como forma de garantir as terras quilombolas como propriedade das famílias que vivem a gerações sobre ela. O que está em disputa não são apenas as propriedades destas famílias, embora tal fator tenha grande relevância, a desapropriação ou perda dessas terras, coloca-se em risco também o modus vivendi desta população e com isso arrisca-se o desaparecimento desta cultura negra**

**quilombola, que pela sua significação histórica e seus processos de desenvolvimento em relação ao restante da sociedade brasileira, as populações de quilombos portam especificidades pouco conhecidas. “ (MOURA:2006)**

Já no que diz respeito às “terras tradicionalmente ocupadas” de acordo com Almeida, considerando suas diferentes formações históricas e suas variações regionais foram instituídas na Constituição de 1988 e reafirmadas nas constituições estaduais, legislações municipais e convênios internacionais, o que não significa que facilitou o reconhecimento jurídico-formal das mesmas, pois sob tensões e pressões se exigia uma revisão junto às categorias fundiárias oficiais e sobre os recenseamentos agropecuários.

Da mesma forma que a inclusão do termo “ populações tradicionais ” na legislação competente e logo depois a criação do Conselho Nacional de Populações Tradicionais, no âmbito do IBAMA ( Instituto Brasileiro do Meio Ambiente ), não significou o atendimento às reivindicações dos movimentos sociais nem tão pouco a resolução dos conflitos em torno da apropriação e de uso comum dos recursos naturais.

A pressão dos movimentos sociais engendrou na criação da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, decretado pelo Governo Federal em dezembro de 2004 e com o intuito de implementar uma política nacional voltada para tais comunidades.

O termo “populações” é substituído pela expressão “comunidades”, pois a mesma apresenta uma constação política, implicando ações partidárias e revelando um estreito vínculo com a categoria “povos”, já que seus representantes estabelecem relações com os aparatos de poder integrando assim a comissão inclusa no referido decreto. Enquanto que o termo “tradicional” sofreu um deslocamento no discurso oficial, afastando-se do passado e se aproximando das demandas do presente.

Ao contrário do que se imaginava, as formas de uso comum da terra não designa que o controle dos recursos básicos seja exercido livre e individualmente por pequenos produtores diretos. Segundo esse mesmo autor, tal controle ocorre

através de normas baseadas no código legal vigente no interior de uma unidade social composta por relações sociais estabelecidas. E o acesso a terra pode se voltar, prioritariamente, tanto para a agricultura, quanto para o extrativismo, pesca ou pastoreio.

Quanto ao questionamento em torno do significado do termo “ terras tradicionalmente ocupadas ”, a princípio estava associado à idéia de “ terras imemoriais ”, cujo sentido historicista remonta ao período pré-colombiano, identificando dessa forma os chamados “ povos autóctones”<sup>2</sup>. Já a partir de 1988, essa expressão sofreu uma ampliação em seu significado, tornando-se um preceito jurídico marcante para a legitimação de territorialidade específicas e etnicamente construídas.

A territorialidade funciona como fator de identificação, defesa e força, ainda que se trate de apropriações temporárias dos recursos naturais, para certas categorias tradicionalmente conhecidas como terras de parente, terras de preto, terras de índios, terras de santo entre outras.

Laços solidários de ajuda mútua se firmam sobre uma base física considerada comum, essencial e inalienável. Esse tipo de organização política escamoteia reais interesses da classe dominante em nome de uma “ política de identidade”, instigando o agrupamento de pessoas sob uma mesma expressão coletiva a declararem seu pertencimento a um povo ou a um grupo, a afirmarem uma territorialidade específica e, com isso fortalecer as mobilizações sociais face às reivindicações junto ao Governo.

Desde 1850, com a Lei de Terras, já se criavam obstáculos de todas as ordens para impedir que os povos indígenas, os escravos alforriados e os trabalhadores imigrantes tivessem acesso a terra, essa lei vem estruturar formalmente o mercado de terras, ou seja, tal legislação institui a alienação de terras devolutas por meio de venda, favorecendo e fixando elevados preços de terras.

---

2 - São os povos nativos, naturais de um país ou região.

Em contrapartida a constituição de 1988<sup>3</sup>, consoante ao art.68<sup>4</sup> institui nova modalidade de apropriação formal de terras para povos como os quilombolas baseados no direito à propriedade definitiva, diferentemente do que aconteceu com os povos indígenas que tem as terras definidas como bens da União. Mas, se há tal distinção entre essas duas categorias, no que se refere à dominialidade, pode-se afirmar que ambas são consideradas juridicamente como “terras tradicionalmente ocupadas”, ainda que enfrentem na sua efetivação e reconhecimento obstáculos similares.

### 1.3- A Questão Quilombola no Amapá

Atualmente no Amapá, o conselho das Comunidades afro-Descendentes do Amapá ( CCADA ) e o Instituto das Mulheres Negras do Amapá – IMENA, são as principais instituições que tem dedicado especial atenção à questão quilombola.

De acordo com a sócio-fundadora do IMENA, Maria das Dores do Rosário Almeida, a questão quilombola tornou-se mais do nunca uma questão política, não somente no Amapá, mais em todo o Brasil, uma vez que o modelo de desenvolvimento adotado nessas áreas foi o agronegócio, assim se observa que há por parte do Estado interesse em ajudar mais aos grandes proprietários de terras do que aos pequenos grupos, donos de roçados, porque se presume que estes não produziram tanto benefícios ao Estado quanto àqueles.

E por se tratar de um problema político, a tendência é rumar para o risco de as comunidades perderem de vez suas terras e, conseqüentemente sua identidade. Pois, segundo ela :

---

3 -A Constituição Federal de 1988 assegura nos artigos 215 e 216 que – *reconhecem as áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos como parte do patrimônio cultural do país;*

4- Art. 68 - “Aos remanescentes das comunidades de quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.”

**“Para as comunidades negras a terra é a vida, seu passado e seu costume; sendo que após a 'liberdade', os negros ficaram sem direito à nada. Então tiveram que conquistar cada pedaço de terra”.** (Entrevista com Maria das Dores realizada em 04/04/08 )

Maria das Dores ainda nos afirmou que o reconhecimento e a titulação de certas terras quilombolas têm como principais empecilhos: a falta de interesse político federal e estadual em favor dos grupos afro-descendentes; a linha de desenvolvimento adotada pelo governo; a forte influência político-partidária; a carência de informações, falta de sensibilidade e até a perda da auto-estima por parte das comunidades negras.

Enquanto que para o Senhor José Araujo da Paixão, atual Presidente da CCADA, por um lado **“o que falta mesmo é o interesse da administração do INCRA do Amapá”**, e por outro, **“a união e organização de homens e mulheres quilombolas”**. Pois, é preciso estudar a legislação, encaminhar a reivindicação, propor os limites do território, perseguir os órgãos governamentais, enfim, acompanhar cada etapa do processo, atitudes inicialmente importantes para a conquista da terra.

Hoje, o Conselho das Comunidades Afro-descendentes do Amapá indica a existência de 32 comunidades negras distribuídas em todo o território do Estado que podem ter o reconhecimento e titulação de suas terras e que se formaram a partir do ideal de liberdade e da conservação de suas raízes. Estas comunidades são:

- Alegre da Pedreira ( Macapá )
- Ambé ( Macapá )
- Campina Grande ( Macapá )
- Carmo do Maruanum ( Macapá )
- Casa Grande ( Macapá )
- Cavalo ( Macapá )
- Carvão ( Mazagão )
- Conceição do Macacoari ( Macapá )
- Conceição do Maracá ( Macapá )

- Coração ( Macapá )
- Coração do Maruanum ( Macapá )
- Cunani ( Calçoene )
- Curiaú ( Macapá )
- Curralinho ( Macapá )
- Ilha Redonda ( Macapá )
- Igarapé do Lago ( Santana )
- Lagoa dos Índios ( Macapá )
- Lagoa de Fora ( Macapá )
- Lontra da Pedreira ( Macapá )
- Mazagão Velho ( Mazagão )
- Mel da Pedreira ( Macapá )
- Ressaca da Pedreira ( Macapá )
- Rosa ( Macapá )
- Santa Luzia do Maruanum ( Macapá )
- Santa Maria do Maruanum ( Macapá )
- Santo Antônio do Rio Matapí ( Macapá )
- São José do Mata Fome ( Macapá )
- São Pedro do Caranã ( Macapá )
- São Pedro dos Bois ( Macapá )
- São Raimundo do Pirativa ( Santana )
- São Sebastião do Maruanum ( Macapá )
- Torrão do Matapí ( Macapá )

Observamos que estas comunidades estão localizadas em apenas quatro municípios do Estado, sendo que cerca de 84,37% delas pertencem à cidade de Macapá, ou seja, 27 comunidades . As demais comunidades estão, duas em Santana; duas em Mazagão e uma em Calçoene, esclarecendo que são estas 32 comunidades registradas no CCADA.

Destas comunidades, apenas três são reconhecidas e tituladas, no caso, a do Curiaú em 1999, Conceição do Macacoarí em 2006 e Mel da Pedreira em 2007. Outras nove comunidades estão com o processo em tramitação no INCRA, são elas:

- Cunaní ( Calçoene )
- São Raimundo do Piratuba ( Santana )
- Rosa ( Macapá )
- Ilha Redonda ( Macapá )
- Mata Fome ( Macapá )
- Porto do Abacate ( Macapá )
- São pedro dos Bois ( Macapá )
- Ambé ( Macapá )
- **Lagoa dos Índios ( Macapá )**

Dentre as citadas acima, a do Rosa é a que mais avançou no processo de reconhecimento e titulação de terras, pois já apresentou ao INCRA o laudo antropológico. As demais necessitam da realização e da apresentação deste laudo, que por falta de um especialista para realizar este tipo de trabalho acabam sendo prejudicadas no andamento do processo.

## **2 – HISTÓRICO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA LAGOA DOS ÍNDIOS**

### **2.1- Origens da Comunidade**

#### **2.1.1 – Primeira Ocupação**

A comunidade negra da Lagoa dos Índios está localizada no Município de Macapá, já na divisa com o Município de Santana, a 4 quilômetros e meio da Rodovia Duque de Caxias passando pelo ramal do Goiabal que dá acesso ao lugar.

Então, na região que compreende a área total da Lagoa dos Índios, vive esta comunidade quilombola, residente ali a mais de um século. Isto pode ser constatado averiguando a idade da moradora mais idosa, a senhora Ricalda Ramos Pereira da Silva, atualmente com 77 anos, viúva e mãe de oito filhos, a qual nos deu informações para contar a origem desta comunidade.

Segundo ela, essa área, a princípio, teve como primeiros habitantes uma tribo indígena (daí surgiu a denominação Lagoa dos Índios); primeiramente veio o seu pai, oriundo do lugar hoje conhecido como Marabaixo migrando para este local com a finalidade de fazer uma avaliação do terreno, se ele era propício para habitação e subsistência de sua família. Logo que constatou a riqueza natural do lugar, o pai de dona Ricalda retornou levando consigo sua família.

Assim, esta família instalou-se no local iniciando a prática da agricultura, principalmente da mandioca; criando alguns animais e daquilo que a natureza lhes oferecia como os frutos, a caça, a pesca, a água da lagoa e do igarapé e plantas da floresta. Dessa maneira, foram constituindo sua descendência.

Mesmo que por pouco tempo índios e negros conviveram juntos, depois gradativamente, os índios foram se retirando, à medida que o pai de dona Ricalda foi trazendo aos poucos seus familiares e se fixando no local. Ainda hoje alguns moradores dizem que existe um velho índio que vive escondido ao redor da

comunidade.

Acredita-se também que esses negros eram escravos fugidos do trabalho pesado da construção da Fortaleza de São José e que ocuparam essas terras após a saída dos índios, seus primeiros habitantes. Além de dona Ricalda, há a versão do historiador e presidente dos moradores da comunidade, Ronildo dos Santos:

**“Lagoa dos Índios na verdade porque existiam índios aqui, mesmo. Segundo informações do meu avô ele informou que eles viam índios, encontravam muitos vestígios de índios, inclusive quando eles iam fazer currais, essas coisas pra prender gado, eles encontravam aquelas loças de indígenas só que eles não sabiam da importância, da eficácia que tinham esses instrumentos, esses materiais, eles pegavam como se fosse um objeto qualquer, olhavam, quebravam e jogavam fora ( não tinham conhecimento )... Temos histórias que foi comprovado que moravam índios, quer dizer... lá onde é a Choperia da Lagoa/FAMA, aquele lago lá era lago dos índios e aqui que foi denominado pelos moradores chamava-se Fortaleza. Fortaleza era a área total daqui até onde a comunidade está hoje; toda essa área era Fortaleza. Já aqui nesta delimitação que estamos agora era chamado Campo de Fora como até hoje alguns chamam Campo de Fora. Inclusive era o nome que era para permanecer, mas com o Goiabal aqui dentro ficou Goiabal e ninguém tira mais. Então, aqui era Campo de Fora e a área da Fortaleza, só que quando veio Janari Nunes que foi o primeiro governador do Amapá que fez a primeira escola lá dentro aí ficou pensando como vamos por o nome da escola aqui?... Janari falou assim: já que aqui não é Lago dos Índios. Aqui vai ser Lagoa dos Índios o nome do colégio; aí ficou Lagoa dos Índios, e daí começou. Foi nomeada pelo Janari Nunes.” ( Entrevista realizada com Ronildo em 15/10/2006 )**

Então, na época de sua formação o quilombo da Lagoa dos Índios se constitui a partir de uma única família, sendo portanto, um quilombo pequeno e

próximo da Vila de Macapá. Os mocambos que se formavam no período colonial, na Amazônia, localizavam-se no interior das florestas, próximos à cachoeiras, nascentes de rios como maneira de dificultar o acesso dos soldados da Coroa portuguesa junto aos escravos fugidos. Assim, se forma o quilombo da Lagoa, dentro da floresta e perto de um igarapé (o que dá acesso ao igarapé da Fortaleza), cercado pela natureza e facilidade para sobrevivência como a caça e a pesca.

Atualmente a comunidade tem uma faixa de apenas 16 hectáres de terra onde no início era um extenso território em que viveram seus antepassados negros. Muitos dos primeiros habitantes do lugar, já saíram da comunidade para morarem em outros bairros de Macapá ou em comunidades vizinhas como a do Goiabal.

Em 1962, através da carta de Adjudicação em favor de herdeiros, emitida pela Divisão de Terras e Colonização, a comunidade ganha o direito de posse dessas terras, documento o qual assegura aos proprietários (herdeiros) o pleno uso de suas terras.

## **2.2- Seu Processo de Regularização**

Conforme Alde (2007), um recente estudo estimou que as terras que podem ser reivindicadas por indígenas e quilombolas chegam a 20% da área agricultável do país. Aí começam os problemas fundiários pela questão de áreas quilombolas, principalmente por aquelas que ainda não tem de fato, a posse e o reconhecimento de suas terras como decretou a Constituição de 1988.

É o que acontece com a Lagoa dos Índios, bem próxima ao núcleo urbano de Macapá, sofre intenso processo de especulação imobiliária e urbanização; faz tempo que grande parte de suas terras vêm sendo ocupadas por grandes proprietários particulares. Esses diferentes conflitos de interesses faz com que suas terras sejam reduzidas ao máximo, atrofiando o desenvolvimento da comunidade que se assim permanecer ficará impossibilitada de crescer

( descendência, agricultura, pecuária). Alde salienta que:

**“ A titulação das terras quilombolas, tem caráter coletivo: é proibido parcelar o território ou vendê-lo a qualquer tempo. Tentados por ofertas de fazendeiros a abrir mãos das terras, alguns trocam de lado e passam a trabalhar contra o reconhecimento do grupo” (ALDE:2007, 22 )**

Na Lagoa, detectamos um pouco dessa realidade, pois alguns moradores do lugar venderam seu pedaço de terra por um preço irrisório à um promotor depois se arrependeram; outros criticam o trabalho dos líderes, apontam a desunião da comunidade e como se em protesto acabam apoiando e aplaudindo as atitudes de certos proprietários contra sua própria comunidade.

Para José da Paixão, esse conflito interno existente na comunidade dificulta ainda mais o avanço de seu processo de regularização, uma vez que é necessário se firmar a força coletiva para fiscalizar e pressionar os órgãos governamentais em prol de toda a comunidade, ou seja, é preciso que se tenha interesses em comuns.

Por sua vez o INCRA se defende alegando que não têm recursos, mas que já requisitou junto à FUNDAP ( Fundação de Apoio à Pesquisa ) um antropólogo para a realização do laudo técnico necessário para a definição judicial da titulação, mas até o momento não recebeu nenhuma resposta.

Assim, o proceso de regularização de um território passa por vários fases, de acordo com o Decreto 4.788/03. A primeira compreende: detalhado estudo sócio-histórico-antropológico, levantamento sócio-econômico, vistorias nas áreas identificadas e pesquisa nos cartórios para identificar a situação da posse da terra em que os quilombolas residem.

Após esses estudos de identificação e delimitação de território quilombola, o INCRA faz a publicação de um resumo do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação no Diário Oficial da União, no Diário Oficial do Estado e publica também na prefeitura do Município onde se situa o território – é a segunda mais importante fase do processo, pois é quando ocorre o reconhecimento por parte do Estado do direito dos quilombolas sobre seu território e a declaração desse direito

passa para todo o país.

Logo depois dessa publicação a legislação prevê 90 dias de prazo para contestações. Somente depois disso e não havendo nenhuma manifestação contrária é que o INCRA pode desencadear as fases seguintes: desintrusão de área (desapropriação, reassentamento de ocupantes não quilombolas), demarcação física da área ( colocação de marcos no perímetro do território), titulação (concessão do título de proprietários em nome da associação dos moradores), e por fim, o registro desse título nos cartórios de Registro de Imóveis e no Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN). Todo este processo pode ser mais demorado se além das contestações dos órgãos que fazem parte dessa consulta se constituírem processos judiciais.

No que diz respeito à titulação e apoio ao etnodesenvolvimento de áreas remanescente de Quilombos, o II Plano Nacional de Reforma Agrária diz “A Constituição Federal de 1988 estabeleceu em suas Disposições Transitórias, especificamente no Artigo 68, o reconhecimento do território das comunidades remanescentes de quilombos e atribuiu ao Estado o dever de emitir os títulos respectivos”.

Estas comunidades correspondem a grupos étnicos que se auto-definem como tal, a partir das relações com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. No caso é o que acontece com a comunidade da Lagoa dos Índios para conseguir a titulação de suas terras.

Na definição dos limites é necessário lembrar todos os lugares que os quilombolas utilizam para tirar seu sustento ( áreas das casas, do roçado, áreas da coleta e caça, os pastos ) e os recursos naturais utilizados pela comunidade que permitam o seu desenvolvimento. A legislação Federal ( decreto nº 4887/2003 ) reconhece que o território deve ser titulado de acordo com a definição da comunidade. Assim:

**“ Para a mediação e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos**

**remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental “ ( Decreto nº4.887/2003 parágrafo 2º)**

Depois de entregar o pedido de titulação os quilombolas devem acompanhar, fiscalizar e precionar o órgão responsável, no caso o INCRA, pois o direito de participação durante o andamento do processo esta garantido também no decreto nº 4.887/2003, artigo 6º que diz:

**“ Fica assegurada aos remanescentes das comunidades dos quilombos a participação em todas as fases do procedimento administrativo, diretamente por meio de representantes por eles indicados ”( Decreto nº 4.887/2003, artigo 6º )**

### 3 – UM BREVE ESTUDO DE CASO

Para entendermos melhor o contexto no qual está o quilombo da Lagoa sentimos a necessidade de mencionar e discutir alguns conceitos dentre eles: quilombo, quilombo urbano, quilombo rural, urbanização e periurbano.

#### 3.1– Quilombo

Os quilombos são expressão intensa da luta negra por melhores condições de vida e sobretudo por liberdade, causando grandes desconfianças ao governo brasileiro. E Flávio Gomes ratifica isto dizendo que os quilombos devem se entendidos como:

**“ A resistencia escrava no contexto das mudanças e transformações da sociedade , das relações senhor-escravo e das formas de protesto popular que podiam incluir outros setores não-hegemônicos .” ( GOMES,p. 301)**

Contudo, o termo quilombo é conhecido hoje com outras denominações , como: “terras de preto, mocambos, comunidades negras” descritas na Portaria nº 06 de 1º de março de 2004 da Fundação Palmares .

#### 3.2 – Quilombo Urbano

O acelerado crescimento das cidades acabaram por envolver, ainda que gradativamente, os quilombos próximos à elas, tornando-os então quilombos urbanos. Entretanto essa proximidade geográfica aos centros urbanos não devem fluir como fator que os descaracterize como tal, uma vez que não são as características do local e seu entorno que proporcionam identidade aos negros que ali residem, mas sua história vivida e projetada.

O fato da Comunidade Lagoa dos Índios ser urbana ou rural ainda é muito questionável, devido essa área ser muito próxima à Macapá, seus hábitos e costumes são fortemente influenciados pelos aspectos sócio-econômicos desta Capital. A organização do quilombo urbano acontece em meio a uma certa hostilidade. Para a pesquisadora Carril:

**” No urbano, não se planta, não se pesca, nem se coletam frutos da mata. Na cidade fragmentada, se solidarizam para recuperar a auto-estima em situações de marginalização social” ( CARRIL:2006, 66 )**

### **3.3 – Quilombo Rural**

Por outro lado, um perfil rural pode ser evidenciado por quem a visita. Pois, o lugarejo além de ser cercado por matas, florestas e lagos, ainda é mantido, pela maioria das famílias autóctones, o costume de criar aves no quintal; o cultivo de ervas medicinais e de vez em quando , a pesca e a caça, mesmo que seja apenas para saciar a fome; apresentando dessa forma, algumas características típicas de zona rural. Entretanto, para Santos e Carril:

**“[...] O que distinguirá a região urbana e a região agrícola não será mais a especialização funcional, mas a quantidade, a densidade e a multi-dimensão das relações mantidas sobre o espaço respectivo”. ( SANTOS.1992, 69 )**

**“O quilombo rural produz excedentes para o mercado, o urbano produz mão-de-obra barata, exército de reserva e não conta com o mecanismo regulador cultural da defesa do meio ambiente que tradicionalmente encontramos”. ( CARRIL: 2006, 40 )**

Porém, observando a partir de um ângulo sociológico e geográfico detectamos em um primeiro momento que a diferença se restringe apenas à questão de localidade. Pois, tanto o quilombo urbano quanto o rural são movidos pelo desejo de manter ou reconquistar a vida em comunidade e ainda compartilham uma mesma história e um mesmo objetivo: a valorização de seu passado de luta e resistência.

Dessa forma, podemos dizer que o Quilombo da lagoa dos Índios, está em período de transição, isto é, possui ainda alguns aspectos tradicionais como o isolamento, a dificuldade de acesso ao lugar, a crença em lendas próprias, mitos, festas religiosas e profanas de vários santos; ao mesmo tempo que têm sua cultura invadida pelo comportamento moderno como a utilização de celular e televisão, por exemplo.

### 3.4– Urbanização

Nos dias atuais qualquer gestão pública tem que ter em seu plano de governo idéias voltadas para a urbanização. Então afinal, o que seria urbanização? Será a ação de tornar urbano, de urbanizar, ou seja, aquilo que refere-se a cidade de modo a torná-la mais humana, criando as condições necessárias para que a população viva de forma segura e prazerosa.

Para Milton Santos **“a cidade torna-se o locus da regulação do que se faz no campo”**. Esta relação se refere a dicotomia cidade-campo, onde o campo era o setor produtivo e o urbano (a cidade) era o consumidor. E Paul Singer (1973) acrescenta :

**“A cidade é o modo de organização (sócio)espacial que permite à classe dominante maximizar a extração regular de um mais-produto do campo e transformá-lo em garantia alimentar para sua sustentação e de um exército que garanta a regularidade dessa dominação e extração”** (SINGER, 1973:p.14)

Singer quer nos dizer, então que o processo descrito acima é provocado pelo êxodo rural. Uma vez que as pessoas do campo migram para a cidade com expectativas de melhorar de vida, no entanto a maioria destas acabam sendo marginalizadas.

A urbanização está ligada ao crescimento horizontal das cidades , isto é com o aumento da população, como bem frisa Milton Santos: **“A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade”** É quase sempre o que acontece em boa parte das cidades brasileiras caracterizando como uma urbanização não-planejada, pois o que essas pessoas

passam a buscar é infra-estrutura (hospitais, escolas, lazer, habitação, etc.). Assim, começam a surgir os espaços periurbanos.

Esses espaços são: **“todos os espaços situados na periferia da área urbana e que foram por ela absorvidos e dela dependem; conjugam-se numa pluriatividade que transita entre o rural e o urbano”**. Em síntese, urbanização é o desenvolvimento da cidade, de maneira planejada para que seus habitantes possam viver bem. Se não há este planejamento a população vive a sofrer.

### **3.5 - Planos Urbanísticos e Plano Diretor**

O Decreto 4.887/2003 atribui não somente aos órgãos estatais, mais também aos municípios, o dever de auxiliar às comunidades quilombolas e rurais, na concretização do direito à propriedade e em sua resistência frente à especulação imobiliária.

Previsto no art. 182 da Constituição Federal/88, o Plano Diretor se constitui como principal instrumento de ordenamento do desenvolvimento urbano e das funções sociais da cidade e da propriedade voltando-se para as presentes e futuras gerações. Sendo que deve contemplar um modelo que incida no território para promover a inclusão social e assim diminuir as desigualdades.

A resolução nº 34 do Conselho das Cidades, vinculadas ao Ministério das Cidades, estabelece que as Prefeituras devem, através do Plano Diretor, marcar as áreas onde vivem quilombolas, indígenas, ribeirinhos e extrativistas (art. 5º II) em áreas urbanas ou rurais.

Em 04 de fevereiro de 2004, foi apresentado à sociedade macapaense a lei complementar nº 026/2004, que instituiu o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental do Município de Macapá ( Plano Diretor,2004 ). Este Plano tem como maior objetivo, ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes visando a implantação e a consolidação de um processo de planejamento que propicie o desenvolvimento sustentável do Município de Macapá.

O Plano diretor deve contemplar todas as áreas, dentre elas a área da Lagoa dos Índios, na qual está incluída a comunidade quilombola, mas o que verificamos é a ausência de políticas públicas voltadas para esta região, seja ela social ou econômica. O que há é a citação de diretrizes direcionadas às comunidades negras, rurais, ribeirinhas que estão situadas em áreas de proteção ambiental.

### **3.6 - As Condições de Vida**

As necessidades do homem não se restringe apenas a questão da alimentação enquanto fonte de sobrevivência, mas também à forma mais própria de se abrigar; às condições sócio-econômicas e outras, dentro do meio em que vive. Quando se trata de alguns planos e programas previstos no Plano Diretor, observa-se que, na prática ainda está longe de atingir a comunidade afro-descendente, localizada neste perímetro. Eis alguns aspectos infra-estruturais:

#### **3.6.1 - Transporte Urbano**

Ao visitarmos pela primeira vez a comunidade em março de 2006, nos deparamos com a primeira dentre as várias dificuldades enfrentadas pelos habitantes daquela localidade, a falta de condução coletiva. E ao retornarmos no dia 06 de janeiro de 2008 a situação se repetiu, pois esperamos durante 3 horas por um ônibus que nos levasse até ao local; depois, ao apanhar um táxi observamos as péssimas condições do ramal de acesso até a comunidade, dificultando ainda mais a vida dos moradores.

De acordo com Empresa Municipal de Transportes Urbano (EMTU), a comunidade só foi beneficiada com o ônibus depois que fez a requisição da linha de transporte urbano. Então, a EMTU assinou um contrato em parceria com a Empresa Cidade de Macapá, disponibilizando um micro-ônibus que deveria fazer a linha coração/cabralzinho/goiabal, ficando acordado a obrigatoriedade de

chegar até a essa comunidade.

No entanto, os moradores afirmam que o ônibus não chega até a comunidade. Segundo o líder comunitário Ronildo dos Santos, o micro-ônibus só entra no ramal do Goiabal quando há passageiros para o lugar, e isso até meio quilômetro, sendo que da rodovia Duque de Caxias até a comunidade quilombola da Lagoa são quatro quilômetros e meio.

### **3.6.2 - Energia Elétrica**

Conforme alguns membros da comunidade, a princípio a energia elétrica funcionava a motor, quando em 1995, no então governo de Anníbal Barcellos a energia passou a funcionar 24 horas. Recentemente, atendendo uma solicitação do Governo do Estado através do Programa Luz Para Viver Melhor a Companhia Elétrica do Amapá (CEA), instalou uma rede trifásica nessa área quilombola.

Segundo a CEA, este projeto que se concluiu a curto prazo, inicialmente visou deixar mais consistente apenas a energia na escola e no posto de saúde da comunidade quilombola da Lagoa dos Índios, mas acabou por contemplar as 36 famílias que ali residem.

### **3.6.3 - Segurança Pública**

Na comunidade se constatou também, que não há policiamento ostensivo. Os moradores revelaram que não há tanta necessidade, pois ainda não houve nem um registro de morte por agressão e os poucos casos de violência que ocorrem neste local, são geralmente, acarretados pela embriaguez gerando conflitos e desentendimentos entre os próprios parentes, contribuindo assim para a resistência no momento de denunciar ou impedir que a polícia retenha o agressor, uma vez acionada.

### **3.6.4- Telefonia**

Uma outra dificuldade com a qual esta comunidade afro-descendente se depara é a ausência de telefone público. Não existe um único orelhão se quer nem linha residencial fixa à serviço dessa população. No caso de alguma emergência, para se chamar a polícia ou a ambulância, por exemplo, sempre se utiliza o celular, isso quando se têm o aparelho.

Alguns moradores asseguram que já entraram com várias solicitações de serviço à antiga Telemar, mas até o momento não foram atendidos. Por sua vez a Companhia Oi (Empresa privada que atualmente tornou-se a responsável pela prestação de serviços no Estado), não nos atendeu para esclarecer o tamanho descaso para com esta comunidade. Já que existem várias localidades bem mais distantes desta Capital que já foram contempladas com a instalação de alguns orelhões e com a assistência desse serviço.

### **3.6.5- Água**

A comunidade quilombola da Lagoa dos Índios é cercada por um ecossistema muito rico, entre eles está os lagos e igarapés, onde se realiza a pesca na época de cheias (inverno) e para o lazer, como balneário (verão). É por meio dos lagos que alguns moradores se deslocam até o bairro dos Congós em canoas em tempos de cheias e a pé durante a seca.

A princípio a água que os moradores desta localidade consumiam era de poços artesianos, perfurados sob o ordenamento do primeiro governo de Waldez Goés para cada residência. No entanto, a Prefeitura de Macapá elaborou um projeto visando melhorar o abastecimento de água na comunidade, conseguindo recursos junto a FUNASA (Fundação Nacional da Saúde) cerca de 128 mil reais para a implantação deste projeto.

Esse projeto consiste em levar água encanada de um poço artesiano,

armazenada em caixa d'água até as casas, além de instalar banheiros internos, para 13 famílias. A obra teve início em fevereiro de 2006, com prazo de 3 meses para ser entregue, sendo que somente em meados de 2007 ela foi concluída, e ainda com algumas implicações.

Contudo, sabe-se que a finalidade do projeto é atender aos afro-descendentes da Lagoa dos Índios com uma água de qualidade, saudável, boa para consumo sem causar danos à saúde. Todavia, o local onde o poço foi perfurado é rico em ferro, desta forma a água que chega à casa dos moradores possui alto teor deste minério, tornando-a praticamente imprópria para consumo humano. Além disso, esta água aos poucos vai danificando as louças e tubulações dos banheiros instalados a pouco tempo.

Agora a comunidade utiliza água de um poço que há ao lado da escola, para realizar seus afazeres domésticos e, principalmente para beber. Apenas uma família ainda faz uso da água do poço artesiano antes usado pela comunidade.

Agora a Secretaria Municipal de Obras (SEMOB), encarregada de conduzir a implantação do projeto, verifica uma solução para este problema. A priori foi a instalação de um filtro, que não resolveu a situação, porque ele não consegue filtrar água em grande quantidade e com rapidez. E enquanto este problema não é resolvido a população local permanece sem água encanada de qualidade.

Esta situação constitui um problema também para o funcionamento do posto de saúde que já foi inaugurado, mais continua sem atender à comunidade por falta de água própria.

### **3.6.6-Educação**

O atendimento educacional na comunidade quilombola da Lagoa é deficiente, pois há apenas a Escola Estadual Lagoa dos Índios que funciona de 1ª à 4ª série do ensino fundamental que atende à crianças da própria comunidade e da redondeza. A Escola atualmente foi reformada e inaugurada no dia 19 de

março do corrente ano com mais uma sala de aula, secretária, biblioteca, e novos banheiros.

Agora formam um total de quatro salas de aulas sendo ocupadas por cerca de 70 alunos que frequentam as aulas nos períodos da manhã e tarde, geralmente com crianças da própria comunidade e arredores como do Goiabal. As pessoas que pretendem continuar os estudos precisam se deslocar para escolas de outros bairros de Macapá.

A escola enfrenta dois problemas sérios; a evasão muito grande, sendo que a justificativa é a falta de transporte urbano e coletivo já que a maioria dos alunos não são da comunidade da Lagoa; e a falta de material didático, os professores dizem que somente tem papel e álcool.

O Governo do Estado cedeu aos moradores uma van para fazer o transporte dos alunos que estudam fora da comunidade, nos turnos da manhã e tarde. Quem estuda à noite enfrenta muita dificuldade para dirigir-se até a instituição de ensino, pois não há nenhum tipo de transporte urbano ou público.

Na escola todos os cargos funcionais estão preenchidos, inclusive quatro dessas funções pertence a pessoas da própria comunidade ( 1 merendeira, 1 servente e 2 vigilantes). Os professores que não possuem transporte particular, uma vez ou outra são transportados por um veículo ofertado pelo Estado, quando isso não acontece tem que se tornarem responsáveis por sua própria locomoção.

Por meio de um termo de compensação, aos problemas ambientais provocados pelos empreendimentos do Senhor Francisco Odilon à Lagoa dos Índios, a Faculdade de Macapá (FAMA) concedeu à comunidade afro-descendente da Lagoa seis bolsas integrais nos cursos de enfermagem (3 bolsas), odontologia (1 bolsa), direito (1 bolsa) psicanálise (1 bolsa).

Fig. 1 -Escola Estadual Lagoa dos Índios



Fonte:Arquivo de grupo

### 3.6.7- Saúde

Averiguou-se que as doenças mais frequentes na comunidade são a malária e a diarreia. E dependendo da moléstia, procura-se a benzedeira Dona Ricalda, a qual utiliza-se de ervas medicinais, cultivada por ela e outros moradores, como brasileira, manjerição, anador, hortelanzinho, erva-cidreira entre outras e de suas orações para curar. Em casos mais graves, se recorre ao posto de saúde mais próximo, no caso, o posto do Cabralzinho.

Recentemente, se construiu um posto de saúde para atender às necessidades médicas dessa pequena população. Obra já concluída, que após ser inaugurada oferecerá serviços de clínico geral, assistência social, odontologia, pediatria e ginecologia, assim aguarda a comunidade da Lagoa.

O líder comunitário, relatou que a implantação desse posto de saúde faz parte de um termo de compromisso firmado entre o Estado e o empresário Francisco Odilon (proprietário das casas das carnes) , sendo que sob a responsabilidade deste, ficarão todas as despesas do posto, desde salários do profissionais especializados e demais funcionários até os materiais utilizados para a manutenção do posto, por um período de um ano.

Fig.2- Posto de Saúde



Fonte: Arquivo de Grupo

Em outras palavras, essa obra se trata de um prêmio de compensação que este empresário, por intimação da justiça do Estado foi obrigado pagar à essa comunidade, em função dos danos ambientais causados pela ocupação da área da Lagoa dos Índios.

### 3.6.8 - Coleta de lixo

Antes o lixo produzido na localidade era enterrado ou queimado, porém só queimavam o lixo inorgânico (papel, plástico, vidro, alumínio ) e o orgânico ( restos de alimentos ) continua sendo aproveitado como comida para animais domésticos (cachorros e gatos ).

Contudo desde 2004 a comunidade foi contemplada com um contêiner para depositar o lixo, passando a coleta a ser realizada a cada quinze dias. Segundo Ronildo Santos, alguns moradores ainda não estão educados o suficiente para levar e colocar o lixo no contêiner, que fica bem na entrada da comunidade, e acabam fazendo o processo de encineração ou jogando o lixo a beira dos caminhos.

### 3.7 - Projeto de Infra-estrutura dos Quintais

Quando os quilombolas chegaram à Lagoa dos Índios, eles praticavam a agricultura de subsistência , principalmente para a fabricação de farinha e de seus derivados ( tapioca e tucupí ), além da caça e da pesca mais intensiva e criação de animais.

Segundo dona Ricalda, esse tipo de atividade se restringiu em função da grilagem cometidas por alguns doutores, empresários e comerciantes, ocorrida em grande parte dessas terras **“Eles se apossaram de nossas terras e ficamos sem terra para plantar, cultivar”**, denuncia. Atualmente, os poucos que caçam ou pescam, o fazem apenas quando não tem nada para comer nem condições para comprar.

De acordo com Núbia de Souza, ex-Presidente da Associação de Mulheres da Lagoa dos Índios, em 2003 se implantou o Projeto de Infra-estrutura dos quintais, o qual deveria ser efetivado em 2007. Este projeto do Governo Federal em parceria com a EMBRAPA ( Empresa Brasileira de Pesquisas Agrícolas ), tem como objetivo beneficiar as famílias da localidade, oferecendo treinamento e todo o suporte necessário para a implantação do projeto.

Este projeto constituído de plantações de árvores frutíferas, hortaliças e criação de animais, que aconteceriam de acordo com a preferência de cada família, e dessa forma se poderia produzir renda e criar subsídios para a auto-manutenção familiar. Em contrapartida alguns membros da comunidade afirmam que esse projeto foi aprovado mas, ainda não se iniciou. Pois se aguarda, desde o ano passado, a doação de alguns instrumentos que ficou sob responsabilidade da EMBRAPA.

Fig.3 - Dona Ricalda



Fonte: Arquivo de Grupo

### 3.8 - Mobilidade dos Moradores e Representantes da Comunidade

O indivíduo ao nascer já se torna, pelo menos aparentemente e no papel, um cidadão com alguns direitos garantidos pela constituição. De acordo com Santos “ **direito a um teto, à comida, à educação, à saúde, à proteção contra o frio, à liberdade e a uma existência digna**”( 1993: 7). Mas somente se consegue usufruir de seus direitos na prática, quando se tem conhecimento e disposição para lutar por eles.

Os afro-descendentes da Lagoa, não demonstram ter essa disposição, pois quase sempre delegam poder de iniciativa ao seu representante Ronildo Santos e outros mais interessados pelo progresso do grupo, dos quais esperam mobilização em busca de melhorias para o bem estar de todos que ali residem.

Por outro lado, o Estado desviando-se de suas verdadeiras funções, que é proporcionar o bem-estar social aos indivíduos, acaba favorecendo à elite dominante em detrimento daqueles que não tem o mínimo de condições para usufruir de uma vida melhor. É o que acontece com esses remanescentes, são alienados, acomodados, ociosos, inclusive percebemos que a maioria deles não sabem nem têm interesse em assimilar sobre sua descendência, sua própria história.

Porém, no que diz respeito à mobilidade de seu representante, pelo que ouvimos de alguns moradores, Ronildo é visto quase que por unanimidade, como um líder atuante. E em nossa conversa com o próprio, percebemos que há um real interesse de sua parte em contribuir para o desenvolvimento de sua comunidade.

## CONCLUSÃO

A cidade de Macapá apresenta a seus munícipes uma lei que garante desenvolvimento e bem-estar social. É o Plano Diretor, que no papel abrange áreas urbanas, rurais e reservas ambientais, mas a prática é um desacordo quase total, uma vez que é despercebida as diretrizes deste plano pela cidade, além de comunidades pequenas, como a do quilombo Lagoa dos Índios nem ao menos ser citada.

A comunidade quilombola Lagoa dos Índios, pelo menos neste plano está fora das expectativas de desenvolvimento por parte do Governo Municipal. A única bem feitoria que a Prefeitura realizou ali, foi a instalação da rede de abastecimento de água e banheiro nas residências, claro com recursos de um outro órgão (FUNASA), mas que não teve êxito talvez por incompetência e/ou displicência da empresa ou do órgão responsável (SEMOB). Agora, busca-se uma solução. Qual? A do filtro não funcionou. A demora é grande, e a comunidade precisa de água com qualidade.

É óbvio, que este não é o único problema dos afro-descendentes da Lagoa dos Índios. Tem o dilema do transporte, que deixa de ser resolvido por falta de responsabilidade da empresa contratada ou da própria EMTU?. A desculpa é sempre a mesma: o ramal intrafegável, a arrecadação insuficiente ou o reduzido número de fiscais, enfim; já o ensino oferecido é o básica mesmo, amenizado pelo carro que desloca os alunos para outras escolas, mas e aqueles estudantes da noite como ficam? Tem que dá um “jeitinho” para continuar os estudos, se tiverem força de vontade própria; o atendimento à saúde pelo menos por um ano tende a ser uma maravilha, e depois que passar para as responsabilidades do Governo?; as pessoas da comunidade em sua grande maioria não possui renda mensal fixa ( salário ) por falta de trabalho remunerado, faz-se um serviço hoje, outro amanhã, e assim vai conseguindo a alimentação de um ou dois dias. Mas a assistência do Estado é imprescindível, com as bolsas assistenciais, que de vez enquanto atrasa .

Em relação aos moradores o que se percebe é uma comodidade muito grande. Reivindicar, de forma alguma, eles desconhecem os seus direitos básicos ( lutar, buscar uma vida melhor), além de deixar de cumprir seus deveres ( depositar o lixo no lugar devido para recolhimento, exigir que o ônibus siga seu itinerário ). São poucas as pessoas, do local que tem consciência da situação em que vivem e que não a aceitam, porque sabem que é possível ser melhor.

Os dois representantes da comunidade são opostos demais nas suas gestões. A ex-líder do grupo de mulheres, foi acusada por alguns membros de desviar alguns recursos doados à esta comunidade pelo Governo Federal, segundo eles, ela agrediu a decência e confiança da comunidade junto aos órgãos e instituições que poderiam ajudá-los. Ao contrário do líder comunitário que se esforça na medida do possível para trazer benefícios a todos que ali habitam.

A igualdade do cidadão supõe uma acessibilidade semelhante aos bens e serviços , sem os quais a vida não poderá ser vivida com a dignidade explícita nos direitos universais do homem. Se a pobreza é uma condição onde o acesso a serviços como saúde, educação, segurança, transporte, saneamento básico e o mínimo de recursos financeiros, por parte de determinados grupos sociais, acontece de forma deficiente, quando se associa à minoria negra então, prejudica e impossibilita ainda mais a subsistência da mesma.

Assim, constatamos através da pesquisa que a comunidade quilombola da lagoa dos índios passa por sérios problemas sociais, estruturais, ambientais e judiciais. Pois, não há existência de políticas públicas voltadas à qualidade de vida desta comunidade como um todo, deixando-a desprovida de infra-estrutura básica.

A Comunidade não reconhece o verdadeiro sentido de urbanização que é descrito no plano diretor, até mesmo pela definição que tem em outros pesquisadores no sentido de preparar a cidade para os seus habitantes viverem com bem-estar. E nós temos ciência de que a reforma da escola, do centro comunitário, a construção do posto de saúde e demais benefícios que hoje a comunidade usufrui são méritos do esforço de seu líder comunitário.

Suas terras também vêm sofrendo um intenso processo de especulação imobiliária e urbanização, chegando a ser invadida por alguns proprietários, os quais para se defenderem movem ação na justiça se colocando como donos delas. Em função dessas ocupações, grande parte da área foi degradada piorando ainda mais a situação dessa população , à qual ainda não encontrou forças suficiente para reivindicar seus direitos de forma eficiente, já que o grupo, assim como a maioria dos grupos negros não tem união nem integração.

Por estas e outras razões, percebe-se que o Brasil apesar de ser conhecido mundialmente como o país de maior tolerância racial e convivência pacífica entre povos diversos, para a população negra os cinco séculos de história nacional não produziram grandes alterações no tocante ao racismo e ao ideário de submissão e inferioridade que eles vivenciaram.

### Referências Bibliográficas

ALDE, Lorenzo. **Brasil rural muda de cor**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Quilombos: Escravos desafiam o poder. Rio de Janeiro, ano 3, nº 27, dez 2007 p. 28

\_\_\_\_\_. **Etnia, pra que te quero**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Minoria: ser ou não ser? Brancos, índios, quilombolas... Rio de Janeiro, ano 2, dez 2007 p. 16 à 27.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Terras de Preto, terras de santo, terras de índios: Uso comum e conflito**. Cadernos do NAEA. (10): 163 – 196

\_\_\_\_\_. **Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçus livres”, “castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. Manaus- PPGSCA-UFAM, 2006.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10520: Apresentação de citações em documentos. Rio de Janeiro.

BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Dicionário Didático de Português. 2ª ed. Ática. São Paulo. 1998.

BOLETIM INFORMATIVO NUER/Núcleo de Estudos sobre Identidades e Relações Interétnicas. Territórios Quilombolas: reconhecimento e titulação das terras. v. 2, n. 2-Florianópolis, NUER/UFSC, 2005.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 2001.

CARRIL, Lourdes. **Quilombo favela e periferia: a longa busca da cidadania**. 1ª ed. Annablume; Fapesp, São Paulo, 2006.

CRUZ, Ana C.; SARDINHA, Jocianny C.; GONÇALVES, Katia S. **Degradação da Lagoa dos Índios: Dinâmica da paisagem provocada pelo processo de ocupação às margens da Rodovia Duque de Caxias**. TCC apresentado ao curso de graduação de geografia, realizado pela Universidade Federal do Amapá – Macapá.

CARRASCAIS, Helena dos. **Uma zona periurbana.** disponível em <<blogs.sapo.pt/2612.html-32k>>nov.2007.acesso em 30/05/08

GOMES, Flávio dos Santos. **“fronteiras e Mocambos”**. In.GOMES, Flávios dos Santos (org.). Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira ( Séculos XVIII – XIX). Belém, Editora Universitária/ UFPA, 1999.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo.**Prosperidade e Estagnação de Macapá**

**Colonial: as experiências dos colonos.** In.GOMES, Flávio dos Santos (org.). Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira (Séculos XVIII – XIX). Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999.

MOURA, Alessandro de. **Quilombos e favelas no Brasil.** Chile sur- Quilombos e favelas no Brasil. Disponível em:<< www. Chilesur. Indymedia. Org/ es/ 2006/ 10/ 4381.stml-40k>>. Acesso em 06/01/08

PMM – Prefeitura Municipal de Macapá. Plano Diretor de Desenvolvimento urbano e Ambiental de Macapá. SEMPLA, IBAM, 2004.

RAVENA, Nírvia.”**Maus vizinhos e boas terras”**.In.GOMES, Flávio dos Santos (org.). Nas terras do cabo norte: fronteiras, colonização e escravidão na guiana brasileira (Séculos XVIII – XIX). Belém: Editora Universitária/ UFPA, 1999.

REIS, João José. GOMES, Flávio Santos. **Liberdade por um fio:histórias dos quilombos no Brasil.** In. FUNES, Eurípides A. “Nasci nas matas, nunca tive senhor”: história e memória dos mocambos do baixo Amazonas.São Paulo.Companhia das Letras.1996,p57.

SANTOS, Milton. **O Espaço do cidadão.**2ºed. Nobel, São Paulo, 1993.

\_\_\_\_. **Espaço & Método.**3ª ed.Nobel, São Paulo.1992. (coleção espaços)

\_\_\_\_A Urbanização Brasileira. 4ª ed.Hucitec. São Paulo. 1994..

SANTOS, Flávio Monteiro dos.**Lagoa dos Índios: Ecossistema Preservado, Qualidade de Vida Assegurada.** Monografia apresentada ao curso de Pós-graduação em Gestão Ambiental, realizado pela Faculdade de Macapá-AP. 2006

SINGER, P. I.**Economia Políticada Urbanização**;Ensaio Brasiliense.SP.1973.

## **ANEXOS**

## MODELO DE PEDIDO DE RECONHECIMENTO

Ilmo. Sr.

Nome do superintendente do INCRA -**Nome do Estado**

Referente:

Processo de Titulação da Terra de Quilombo **nome da (s) comunidade (s)**

A(s) COMUNIDADE(S) REMANESCENTES DE QUILOMBOS **NOME(S)** localizadas no município de **nome**, Estado de **nome**, por intermédio dos representantes abaixo assinados, afim de instruir processo de titulação coletiva de terras de remanescentes de quilombos, na forma do artigo 68 do ADCT da Constituição Federal e do Decreto nº 4887/2003 que determina em seu artigo 2º, Parágrafo 1, que a caracterização dos remanescentes das comunidades, vem no exercício da cidadania, apresentar

DECLARAÇÃO DE AUTODEFINIÇÃO QUILOMBOLA da(s) comunidade(s) **nome**

Recebida a presente declaração, requer a V. Exa. Sejam tomadas as providências para a execução e conclusão do processo de regularização de nossas terras para o reconhecimento do domínio.

**Cidade, dia de mês de ano.**

---

**Nome da pessoa que assina**

---

**Nome da pessoa que assina**

Filha de dona Madalena e seu filho



Fonte: Arquivo de Grupo

Filha e neto de dona Madalena no lago seco



Fonte: Arquivo de Grupo

Dona Madalena



Fonte: Arquivo de Grupo

Centro Comunitário Lagoa dos Índios



Fonte: Arquivo de Grupo

Crianças brincando



Fonte: Arquivo de Grupo



Fonte: Arquivo de Grupo

Parte Inicial do Ramal do Goiabal



Fonte: Arquivo de Grupo

Lago em torno da Comunidade em época de seca



Fonte: Arquivo de Grupo

